



A DENOMINAÇÃO DO SUJEITO ATINGIDO NO g1: O CASO DA USINA BAIXO IGUAÇU

Thaís Goldeff Hahn

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do Capes

1. Introdução

A construção de grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas, impacta diretamente as populações residentes nas regiões afetadas. No Brasil, a definição de quem é considerado sujeito atingido por barragens é uma questão complexa e política, pois delimita o acesso a direitos como indenizações e reassentamentos. Desse modo, este trabalho tem como objetivo investigar como é denominado o sujeito atingido pela Usina Baixo Iguaçu, localizada em Capanema, município do sudoeste Paraná, em cinco notícias divulgadas pelo g1 à luz da Análise de Discurso franco-brasileira. A problemática parte da observação de que a denominação "atingido" carrega implicações políticas e sociais que impactam diretamente na concessão de direitos e na formação de uma memória coletiva. Dessa forma, temos como hipótese de pesquisa que o discurso jornalístico do g1, enquanto instância de produção e circulação de sentidos, participa ativamente da construção desse imaginário social.

2. Metodologia

A pesquisa está fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa-brasileira, com base nos trabalhos de Pêcheux (2014), Mariani (2012) e Tfouni e Romão (2004). O arquivo discursivo foi constituído por cinco reportagens do g1 que abordam os protestos e os conflitos relacionados à construção da Usina, publicadas em 2013, ano do início da construção da hidrelétrica. As Sequências Discursivas (SDs) extraídas constituem o *corpus* de análise, a partir do qual se observam os modos de nomeação dos sujeitos, as formações discursivas que emergem e os sentidos produzidos.



3. Resultados e discussão

Nesta seção analisamos os efeitos de sentidos que circundam a nomeação dada pelo g1 aos sujeitos atingidos que protestavam contra a construção da Usina Baixo Iguaçu, uma vez que a análise discursiva das notícias veiculadas pelo jornal nos permite constituir o imaginário de quem são os sujeitos atingidos para o g1.

(SD1) A empresa Geração Céu Azul, responsável pela construção da Usina do Baixo Iguaçu, disse que a mantém a posição de que os valores oferecidos **aos proprietários de terras** foram determinados por critérios técnicos, utilizados em diversas construções deste tipo de empreendimento. Afirmou também que todos **os agricultores** participaram desse processo de avaliação (Portal de notícias g1, 2013a, n.p, grifo nosso).

A SD1 foi recortada da primeira notícia publicada pelo g1 sobre as manifestações dos atingidos pela Usina Baixo Iguaçu. Nessa notícia, o jornal reproduz uma nota da Geração Céu Azul, empresa responsável pela obra, na qual se afirma que os valores das indenizações foram definidos com base em critérios técnicos e seriam pagos aos “proprietários de terras”. A escolha dessa designação, ao delimitar os beneficiários como “proprietários”, exclui discursivamente outros sujeitos atingidos — como arrendatários, posseiros ou meeiros, que permanecem silenciados na cena enunciativa. Dessa forma, o discurso jornalístico, ao incorporar a nota da empreiteira, contribui para a construção de um sentido único e dominante: o de que o legítimo atingido é o “agricultor-proprietário”.

Além disso, a referência a “critérios técnicos” como justificativa para os valores propostos inscreve-se na formação discursiva hegemônica, que naturaliza a desapropriação como uma questão exclusivamente técnica e jurídica, esvaziando-a de seu caráter político e social. A empresa não menciona se esses critérios foram pactuados com as populações afetadas, tampouco considera a memória discursiva dos conflitos anteriores em empreendimentos similares. Como apontam Tfouni e Romão (2004), os não-ditos inscritos na materialidade discursiva podem ser retomados e reinscritos por meio da memória discursiva, revelando tensões apagadas pela superfície do enunciado. Nesse caso, a invisibilização dos não-proprietários e a ausência de negociação coletiva evidenciam um impasse estrutural na política de reassentamento e indenização de atingidos por barragens no Brasil.



(SD2) **Atingidos** pela Usina do Baixo Iguaçu ocupam canteiro de obras no Paraná. **Agricultores** que terão áreas atingidas apontam ‘violação de direitos’ (Portal de notícias g1, 2013b, n.p, grifo nosso).

Na SD2, o uso de aspas na expressão violação de direitos opera como um marcador de distanciamento enunciativo, produzindo um posicionamento ideológico por parte do discurso jornalístico. Trata-se da ativação de um pré-construído (Pêcheux, 2014), que remete a uma memória discursiva segundo a qual os direitos dos agricultores/atingidos não estariam efetivamente sendo violados — ou, ao menos, que tal violação é passível de questionamento. As aspas funcionam como dispositivo linguístico que desloca a responsabilidade enunciativa e insinua uma dúvida compartilhada com o leitor, instaurando um efeito de ceticismo e deslegitimização da denúncia. Assim, o discurso veiculado pela notícia não apenas relata uma reivindicação, mas a enquadra sob um viés de suspeição, contribuindo para a produção de um efeito de sentido que minimiza ou relativiza a gravidade das violações alegadas. Esse gesto discursivo colabora para a manutenção de uma formação discursiva dominante, na qual os direitos dos atingidos por grandes empreendimentos são frequentemente invisibilizados ou tratados como reivindicações excessivas ou infundadas.

(SD3) **O grupo formado por agricultores** de cinco municípios do sudoeste do estado atingidos pela construção da Usina do Baixo Iguaçu exige que a estatal e o governo do estado revisem os valores das indenizações e solucionem as questões envolvendo o reassentamento das **famílias** que terão de deixar a área onde será o reservatório da hidrelétrica (Portal de notícias g1, 2013c, n.p, grifo nosso).

Na SD3, o g1 se refere aos atingidos como “grupo”, “famílias” e “agricultores”, categorias que reconhecem alguns, mas apagam outras formas de vínculo com a terra. A ausência dos não-proprietários revela uma limitação discursiva que reforça uma imagem homogênea dos atingidos. Ao acionar o imaginário da “família agricultora”, o enunciado ativa sentidos naturalizados, permitindo que o leitor preencha lacunas com base em sua ideologia. Como aponta Mariani (2012), a linguagem é atravessada pela ideologia, produzindo sentidos que escapam à consciência. Esse silenciamento se intensifica na SD4, quando a Geração Céu Azul finalmente menciona os não-proprietários — sujeitos invisibilizados, apesar dos impactos sofridos. A exclusão recorrente revela uma formação discursiva que reconhece apenas o proprietário formal, ignorando outras formas de existência e vínculo com o território.



(SD4) Em nota, a concessionária Geração Céu Azul, empresa responsável pela construção e futura operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, disse que lamenta que a invasão dos **agricultores** ocorra durante um processo aberto de negociações para a compra de terras que fazem parte do projeto. Também afirmou que realiza reuniões com os **proprietários, não-proprietários** e com as prefeituras das cidades para avançar com o processo fundiário do empreendimento (Portal de notícias g1, 2013d, n.p, grifo nosso).

Na SD4, a nomeação “não-proprietários” constitui um gesto discursivo que, ao mesmo tempo que menciona sujeitos silenciados, os reinscreve em posição marginal. Como apontam Tfouni e Romão (2004), o discurso jornalístico opera sobre materialidades linguísticas e históricas, em disputas ideológicas que naturalizam sentidos e silenciam outros. Nomear pela ausência distânciam simbolicamente esses sujeitos da terra, sugerindo pertencimento ilegítimo. Esse gesto inscreve a Geração Céu Azul numa formação discursiva que restringe o reconhecimento dos atingidos aos proprietários formais, apagando outras formas de vínculo com o território. A nomeação estrutura o dizível e marca posições sociais, antecipando o conflito evidenciado na SD5.

(SD5) A empresa se comprometeu a pagar R\$ 19,5 mil por hectare, porém, **proprietários** estimam que R\$ 58,5 mil por hectare seria um preço adequado. Por causa do impasse, os valores das indenizações pagas **aos proprietários** rurais que foram desapropriados para a construção do canteiro de obras foram depositadas em juízo. “Este valor é um terço do que vale a propriedade. As pessoas não estão conseguindo encontrar áreas de terra com esse valor aqui na região. A situação está caótica. Muitos **arrendatários** estão sem renda hoje porque não têm onde plantar”, aponta o **agricultor** (Portal de notícias g1, 2013e, n.p, grifo nosso).

Na SD5, o enunciado do agricultor reinscreve o arrendatário como sujeito atingido e excluído do processo de reparação, reposicionando-o na cena discursiva como alguém que depende diretamente da terra para sobreviver. Diferentemente do “não-proprietário” mencionado na SD4, que aparece descolado do território, aqui o arrendatário é vinculado à perda concreta de subsistência. Além disso, o g1 introduz o termo “indenização”, em contraste com o “valores oferecidos” da SD1. A mudança desloca o sentido da negociação para o da reparação, ativando formações discursivas opostas: enquanto a primeira sugere oferta voluntária, a segunda remete ao reconhecimento de um dano. Esse embate lexical evidencia a disputa simbólica em torno da legitimação dos sujeitos atingidos e da forma como devem ser compensados.

4. Considerações finais



A análise das Sequências Discursivas evidencia que o discurso veiculado pelo g1 não se apresenta como neutro ou imparcial, mas sim alinhado a uma formação discursiva hegemônica vinculada aos interesses do mercado, como apontam Tfouni e Romão (2004). A recorrência da nomeação “proprietário” como referência legítima ao sujeito atingido reforça esse posicionamento, reproduzindo a mesma lógica adotada pela empresa Geração Céu Azul. O reconhecimento dos arrendatários, nesse cenário, não é imediato, mas fruto de lutas e mobilizações que desafiam o discurso dominante e buscam legitimá-los como sujeitos de direito.

Referências

MARIANI, Bethania. Constituição do sujeito: percursos da linguística e da psicanálise. In: **Discurso, sujeito e memória**. MALUF-SOUZA, Olímpia *et al.* (org.). Campinas, São Paulo: Pontes, 2012, p.31-46

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed., Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2014 [1988].

PORTAL DE NOTÍCIAS g1. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu reivindicam indenizações maiores. Foz do Iguaçu, 10 out. 2013a. Reportagem de Fabiula Wurmeister.

PORTAL DE NOTÍCIAS g1. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu ocupam canteiro de obras no Paraná. Foz do Iguaçu, 9 set. 2013b. Reportagem de Fabiula Wurmeister.

PORTAL DE NOTÍCIAS g1. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu protestam em frente à sede da Copel. Foz do Iguaçu, 20 nov. 2013c. Reportagem de Fabiula Wurmeister.

PORTAL DE NOTÍCIAS g1. Agricultores protestam e param as obras da usina do Baixo Iguaçu. Cascavel, 10 jul. 2013d. Reportagem de Cassiane Seghatti.

PORTAL DE NOTÍCIAS g1. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu voltam a impedir o acesso à obra. Foz do Iguaçu, 15 jul. 2013e.

TFOUNI, Leda Verdiane; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O MST no discurso jornalístico: confronto de posições discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, São Paulo, v. 46, n.2, p.253-267, jul./dez., 2004.